

REFORMA AGRÁRIA NO VALE DO RIO DOCE: as dinâmicas da territorialização nos três assentamentos de reforma agrária em Governador Valadares

AGRARIAN REFORM IN THE RIO DOCE VALLEY (BRAZIL): territorialization dynamic in the three agrarian reform settlements in Governador Valadares

Denis Boaventura da Silva

Mestrado Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce-UNIVALE, Governador Valadares, MG, Brasil
kaueboavetura@hotmail.com

Maria Terezinha Bretas Vilarino

Doutorado em História/UFGM. Professora adjunta na Universidade Vale do Rio Doce-UNIVALE, Governador Valadares, MG, Brasil
tevilarino@yahoo.com.br

Resumo

O artigo apresenta dinâmicas de territorialização de três assentamentos de reforma agrária situados no município de Governador Valadares, no vale do Rio Doce/MG. Tomando os assentamentos como territórios buscou-se, sob a perspectiva de líderes e assentados, compreender sua territorialização em um recorte temporal baseado nas datas de ocupação, da legalização e da criação dos assentamentos. Esses marcos cronológicos serviram de guia para a compreensão da configuração espaço/temporal e socioespacial dos três assentamentos considerando os distintos caminhos que caracterizam a territorialização de cada um. A coleta e análise de depoimentos, norteadas pela lógica da história oral e análise temática, foi somada à pesquisa documental. Conclui-se que o processo de territorialização dos três assentamentos de reforma agrária em Governador Valadares é ressonância de processos de luta pela terra no Brasil; que os três assentamentos enfrentam áreas já degradadas; que os assentados tem basicamente origem rural e que sua presença altera o cenário político, social e cultural na região.

Palavras chave: Assentamentos de reforma agrária. Vale do Rio Doce. Territorialização.

Abstract

The article deals about the dynamics of territorialization of three agrarian reform settlements in Governador Valadares municipality, in the Rio Doce Valley (Brazil). Starting from the point of view that settlements are territories this study search from leaders perspective and settlers as well, understand their territorialization having as pattern the timeline or steps like occupation, legalization and the settlements accomplishment. These steps were chronological milestones and a guide to understanding of the space/time and socio-spatial configuration of the three settlements. Of course each one followed different path and this is the feature of their territorialization. Gathering and analysis of testimonials were made under the focus of the logic of oral history and

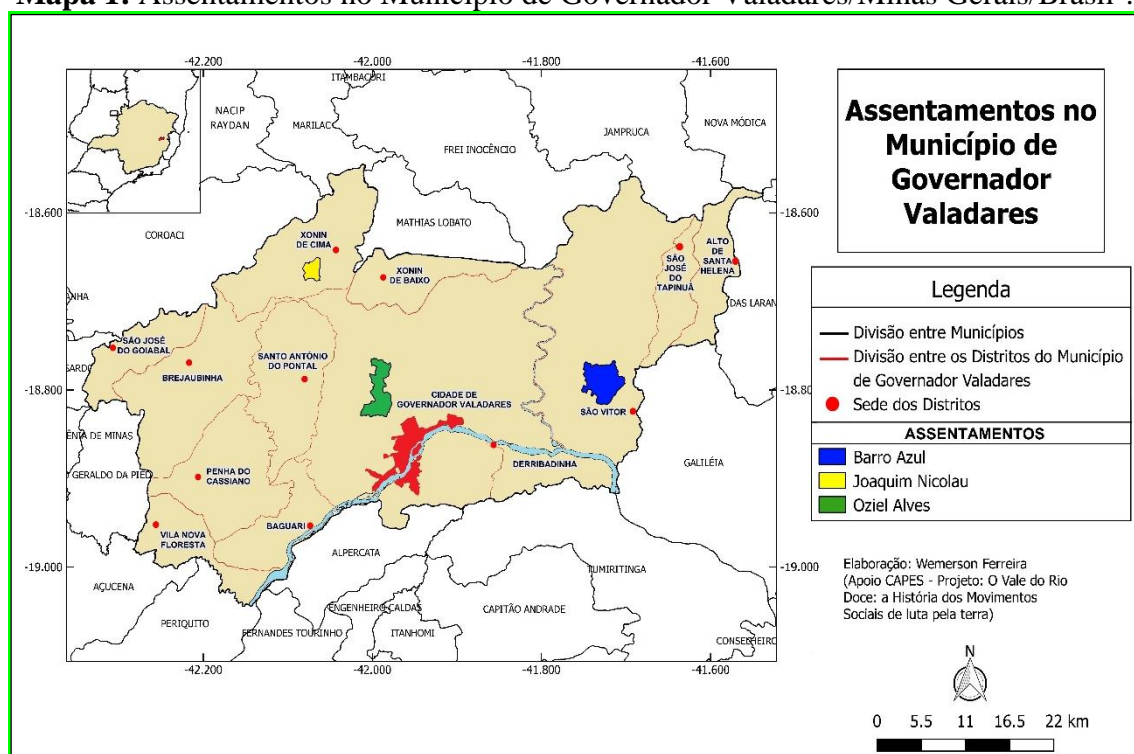
thematic analysis and documentary research was added. The conclusion of this study displays that the process of territorialization of the three agrarian reform settlements under research here reveals a resonance of processes of struggle for land all around in Brazil, namely have to face already washed out soils, the basically rural origin of the settlers. Naturally, if not the main point is that the simple presence of this kind of settlements alters the political, social and cultural scenario in the region.

Keywords: Agrarian reform settlements. Rio Doce Valley (Brazil). Territorialization.

Introdução

O vale do Rio Doce conta, em 2019 segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA¹, com 23 assentamentos de reforma agrária. São nove cidades que contabilizam cerca de 674 famílias assentadas. Em Governador Valadares, há três assentamentos implementados: Barro Azul, Joaquim Nicolau da Silva e Oziel Alves Pereira; sendo que os três foram constituídos no mesmo ano: 1996 (Mapa 1).

Mapa 1: Assentamentos no Município de Governador Valadares/Minas Gerais/Brasil².



Fonte: IBGE Mapas (201-?). **Org.:** Wemerson Ferreira, 2020.

¹ Segundo o Incra (2017) são as seguintes cidades do vale do Rio Doce que possuem assentamentos de Reforma agrária (PAs): Governador Valadares, Jampruca, Periquito, Resplendor, Santa Maria do Suaçui, São José de Safira, Pingo d'Água, Tarumirim e Tumiritinga. Atualização em 31/12/2017, acesso em 20/07/2018. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>.

² Disponível também em: <https://projetosbic.wixsite.com/lutapelaterra/arquivos>.

Esta informação, por si só, já elenca um dado importante perante ao histórico de ocupação da região que foi caracterizada por exploração extrativista predatória, grilagem de terras e abertura de grandes fazendas voltadas para pecuária de corte; além de redução da fauna característica da região, poluição de rios afluentes do Doce, diminuição de nascentes e cursos de água na primeira metade do século XX (ESPINDOLA, 2000, 2011). Já na segunda metade deste mesmo século, a industrialização e a modernização ganharam corpo na região, mudanças que ocorreram sob a regência dos grandes proprietários de terra que não apenas detinham o poder econômico local nas mãos, mas também o poder político. Foi neste contexto que o poder latifundiário e as estruturas produtivas do meio rural acabaram ditando os caminhos do crescimento econômico da bacia do rio Doce (BORGES, 2004; ESPINDOLA, 2008).

A efervescência das Reformas de Base de 1960 iam diretamente contra a cultura latifundiária já instalada na região do vale do rio Doce. O histórico violento da região ficou mais evidente no início do ano de 1964, quando latifundiários sindicalistas e trabalhadores rurais entraram em confrontos (BORGES, 2004).

As discussões sobre reforma agrária somente voltam a ganhar força na região três décadas após o golpe militar, já no período de redemocratização política; como reflexo do movimento de reorganização de sindicatos de trabalhadores rurais, e do apoio do Movimento Sem terra (MST) presente no município de Poté, no vale do Mucuri/MG. Neste contexto, no vale do rio Doce, a partir dos anos 1990 se recoloca em discussão a pauta da questão agrária e da luta pela terra.

Os três assentamentos situados no município de Governador Valadares são neste artigo o centro das discussões, buscando-se compreender e caracterizar o processo de territorialização dos mesmos.

O conceito de assentamentos de reforma agrária pode ser tomado em distintas abordagens dado a complexidade da temática (BERGAMASCO; BLANC-PAMARD; CHONCHOL, 1997). Uma abordagem tradicional está alicerçada na conceituação dos assentamentos de reforma agrária como uma espécie de unidade agrícola que surge sob a égide do poder estatal “por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra” para o benefício daqueles que necessitam, incluindo aí os trabalhadores sem-terra e camponeses (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7). Tal visão parte de um

ponto de vista limitado sobre política agrária no que se refere aos movimentos sociais que lutam pela terra.

Outra abordagem considera os assentamentos de reforma agrária como um “espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas” (ZIMMERMANN, 1994, p. 205), consolidando hipoteticamente assim, na territorialização da luta pela terra, uma identidade comum aos envolvidos. Aqui, o ponto de vista simbólico fica mais evidente, inclusive na identificação dos sujeitos envolvidos como sem-terra.

Alves (2019, p. 104) afirma que o “assentamento é um espaço onde se materializam as relações sociais”, reforçando a ideia de que a formação de um assentamento é um fenômeno complexo. Fernandes (1999, p. 36) vai além e distingue a luta pela terra como espacialização e a formação de assentamentos como territorialização: “É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST”.

É na materialização das relações sociais, homogeneizadas pela consciência da luta pela terra na formação de um assentamento, que essa abordagem busca compreender a territorialização nesses assentamentos. Tratar os assentamentos de reforma agrária como território é afirmar que ocorreu sua territorialização. Para essa compreensão, faremos um recorte temporal pelo histórico da formação dos três assentamentos usando como ferramenta o trabalho de Coca e Fernandes (2009) que ressaltam a importância de três datas neste processo: data da ocupação, data da legalização da terra e a data da criação do assentamento.

Este trabalho, realizado nos três assentamentos de reforma agrária do município de Governador Valadares contou com a contribuição de lideranças e/ou assentados, acessados pela estratégia ‘bola de neve’, em que um entrevistado indica outros possíveis contatos para a coleta de depoimentos. As entrevistas feitas, orientadas pelo método da história oral (ALBERTI, 2004), de caráter qualitativo, foram analisadas a partir da análise temática, que possibilita identificar no depoimento dos sujeitos de um grupo social, o seu universo vocabular e entendimento a respeito de um determinado fenômeno (SOUZA, 2019).

Vale ressaltar que este estudo é parte de um trabalho maior: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra. Tal projeto foi financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais - apoiou financeiramente projetos para “resgatar e registrar memórias não contadas do Brasil”.

A ocupação da terra

Coca e Fernandes (2009) buscam diferenciar a primeira data (ocupação) das outras duas (legalização e criação oficial) por se tratar de uma espécie de “inauguração” do assentamento através da ocupação/acampamento, e, sendo assim, tal momento é inteiramente guiado, mediado, ou organizado pelos movimentos sociais. O Estado entra posteriormente com a possível legalização do futuro assentamento (COCA; FERNANDES, 2009, p. 4). Nesse sentido, a territorialização seria, então, o processo de conquista do assentamento, ou seja, de apropriação do espaço.

Para Haesbaert (2004, p. 79), o território não é unicamente político, nem econômico ou cultural e, nem mesmo somente natural. Para o autor, a constituição dos territórios se processa através da “[...] imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.” Está, portanto, na organização dos movimentos de luta a força conectiva capaz de efetivar um poder sobre o comportamento coletivo de um grupo social abrangendo o material e o imaterial ao mesmo tempo; que é capaz de impulsioná-lo à luta pela conquista de um espaço, territorializando-o.

No contexto da luta pela terra, portanto, consideramos o assentamento como território que resulta “de um processo histórico de construção do espaço por agentes sociais que lhe imprimem suas características socioculturais” (BUTH; CORRÊA, 2006, p. 156). Desse modo, as trajetórias de vida apresentadas pelos assentados exercem influência sobre os processos de territorialização.

No caso dos três assentamentos em estudo encontramos características que aproximam assentados e lhes conferem certa identidade comum. Uma delas é a cultura de agricultores e trabalhadores da terra. Uma história de vida com raízes no trabalho no campo e o vínculo com a terra é comum entre famílias assentadas como mostrado por

Leite et al. (2004). Por exemplo, em meados dos anos de 1970, Entrevistado 1³, 64 anos, do assentamento Barro Azul explica seu contato inicial com a agricultura trabalhando em fazendas:

Eu fui criado ali no meio da Ibituruna. Plantei muita verdura, carreguei muita verdura as madrugadas pra ser comercializado ali na Bárbara Heliadora, em frente o mercado. E... Até que eu ‘panhei’ a minha maioria e saí pra servir o exército, não consegui. Depois voltando fui trabalhar em fazenda, porque a cidade não tinha como a gente... As pessoas passavam necessidade por não achar trabalho. Aí, o trabalho que achava era em fazendas. Então a minha vida foi essa, trabalhar em fazendas.

Do assentamento Joaquim Nicolau, Entrevistado 2⁴, 63 anos, explica que toda sua família veio da agricultura: “Toda vida fui agricultor. (...) Todos. Todos são agricultores. Meus pais, meus avós, né.” De modo semelhante, Entrevistado 3⁵, 48 anos, do assentamento Oziel Alves conta suas origens na agricultura e como era angustiante ver os pais na situação de meeiros: “Meu pai sempre foi agricultor. Sempre morou no que é dos outros, né? Em Poté mesmo. A angústia minha que eu tinha, era de ver ele trabalhar no terreno que é dos outros, e o que é que na verdade, seria entre aspas, né? O lucro dele, ele passava pro dono da terra”.

Os depoimentos exemplificam bem como o vínculo com a terra, com a agricultura, com a cultura camponesa está intimamente ligado a uma concepção sobre estas. O sustento vindo do trabalho na terra é mais do que sobrevivência, é um modo de vida camponês. Sobre isso, Woortmann (1988, p. 23) diz que:

[...] tais indivíduos comungam a mesma crença no campo do simbólico: a terra tem o mesmo sentido e significado para eles, é o lugar que se pretende construir, é o lugar para onde sonharam retornar em condições de pertença. Isso dá particularidade ao camponês como identidade: para ele, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho.

³ Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

⁴ Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

⁵ Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

O Entrevistado 4⁶, do assentamento Joaquim Nicolau consegue exprimir este pensamento de Woortmann (1988) sobre a identidade camponesa, deixando claro quem são os indivíduos do campo. Está muito além de apenas estar no campo, é o território no qual o camponês se reconhece, pois existe uma dimensão histórica que deve ser levada em consideração, em uma espécie de simbiose entre o campo material e imaterial onde a cultura está conectada ao espaço.

É... Eu, como diz né? Já tenho uma história de luta aqui. Meu pai lutou aqui. Minha mãe... passaram muita dificuldade aqui. E... E eu poderia, né, ter é seguido outra profissão, outro caminho; eu preferi ficar, né? Ficar na terra e dar sequência, né, a história do meu pai, os direitos que ele adquiriu aqui. Então a minha vida é aqui. Eu 'num' vejo eu na cidade, trabalhando né? Minha vida é no campo. Eu sou feliz no campo. Então num tem como, eu... eu ficar dentro de um apartamento. Eu quero pisar no chão, eu quero ir no terreiro. Então eu não consigo, eu fico preso. É como se eu tivesse preso, então... E na cidade todo mundo desconfia de todo mundo. Se você sai na rua, quem te vê vai desconfiar de você, e você vai ter que desconfiar de quem tá te vendo. E aqui não. Aqui nós conhece todo mundo, sabe que todo mundo. (...) Quero que meus filho desfrutem de... Dessa natureza, dessa tranquilidade, né. (Entrevistado 4).

Podemos inferir, portanto, que esses assentados são oriundos de famílias que nasceram e cresceram em torno do trabalho no campo, cultivando muito mais que uma agricultura familiar, mas também um modo de vida muito específico e característico. A terra ganha um significado maior que apenas um bem de valor negociável; trata-se da sobrevivência deste modo de vida frente ao latifúndio que, majoritariamente, usufrui das terras na região do vale do Rio Doce e outras. “Situações de classes e que estão enraizadas numa longa história de lutas” (MARQUES, 2008, p. 60), materializadas no embate entre o camponês e latifundiário, ficam evidentes na fala de Entrevistado 2:

Tinham uma terrinha. Todos tinham uma terrinha. Mas na verdade, principalmente os meus avós maternos, eles saíram de Poté expulsos. Naquela época, lá tinha um tal, um chamado Antero... Malaguto. Que foi um camarada que expulsou eles da terra. Eles tinham posse lá em Poté. Num lugar denominado por nome Sucanga, que até hoje lá é Sucanga. E eles tinha a posse da terra. Mas esse tal de Antero é um político antigo lá, e acabou chegando numa altura que apresentou um documento da terra lá, e eles tiveram que sair. Se não saísse por livre e espontânea vontade, né ou pressão. Saía na marra porque... Tirava mermo. Naquela época o cara era protegido pela polícia, além da polícia tinha pistoleiro também, né. Então eles saíram.

⁶ Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

Neste relato percebe-se, nitidamente, o modo de vida camponês engolido pelo latifúndio. A grilagem, com uso de violência, foi uma das formas de incorporação de terras camponesas no vale do rio Doce. Por vezes, como fora descrito, havia uma coação para a saída das terras; ou mesmo, uma venda também forçada, por valores ínfimos, caracterizando o avanço do latifúndio (BORGES, 2004). Mais do que mera violência, esta prática demonstra algo mais profundo, enraizado tanto na manifestação do poder sobre a terra como na identidade dos trabalhadores rurais no vale do Rio Doce.

Com a formação de entidades que tinham a luta pela terra como pauta e com a liderança do MST, muitos dos moradores dos três assentamentos nela ingressaram. Entrevistado 3⁷, assentado no Oziel Alves, conta que sua inserção nos movimentos sociais de luta pela terra ocorreu via Comunidades Eclesiais de Base - CEB's: "Em 88 eu participei... como na época tinha aquelas, é, os trabalhos de base né? Que eles ia nos trabalhos das CEBs né? Aí sempre tinha um trabalho feito lá pelo, pelo padre, né? Que era, que é, cuidava, né?"

Da mesma forma, Entrevistado 2 conta a importância dos movimentos religiosos para seu engajamento na política de luta pela terra:

Aí fizemos na igreja, e aí, teve uma reunião na cidade. Na época com toda a juventude da cidade. Todas as comunidades rurais também junto. Um encontram. É, já puxado pelo padre Sergio Estropiano, que foi um padre que contribuiu muito lá. E aí tinha que tirar uma pessoa, um jovem, pelo menos um jovem, que fizesse parte da direção do sindicato. E naquela época, nós 'tava' tentando retomar o sindicato, porque o sindicato tava na mão de uma pelegada danada. E precisava fazer essa retomada. E o padre até preocupado com aquele negócio e tal. Aí dentro toda a juventude, citaram meu nome, e aí a... O pessoal... Os menino lá da própria comunidade, os meus colegas, uns da minha idade, outro mais velho um pouco, outros mais novo, falaram assim. Não porque você se destaca mais, então tem que ser você.

Já em outra vertente, mais política, Entrevistado 5⁸ do assentamento Oziel Alves, teve o primeiro contato com o MST em uma das primeiras ocupações em Minas Gerais, na cidade de Novo Cruzeiro:

⁷ Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

⁸ Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

Vim pra cá eu tinha três anos. E depois disso meu pai faleceu na fazenda e nós mudamos então pra Frei Inocência. De Frei Inocência eu trabalhei um tempo no posto de combustível e depois de lá, tive informação do movimento sem-terra, e aí eu fui pra Novo Cruzeiro, em oitenta e oito, na... Em uma ocupação em Novo Cruzeiro, e depois disso então, eu nunca mais larguei o movimento.

Os depoimentos acima são relevantes para a compreensão do crescimento dos movimentos sociais de luta pela terra no vale do Rio Doce. O que cabe aqui perceber é que o modo de vida camponês ganhou corpo e voz nestes movimentos, estimulados pela ideia da reforma agrária, justiça social e sobrevivência. O histórico de vida destas pessoas, de distintas localidades e caminhadas, convergiu para um mesmo ideal. Tais trajetórias ajudam a compreender a territorialização, tanto de modo mais concreto, modulando a formação dos assentamentos; quanto em seu formato simbólico, alicerçado na luta pela terra através dos movimentos sociais, e na permanência destes assentados na terra conquistada.

A partir do momento em que estes indivíduos adentram os movimentos sociais, o engajamento os leva para outro patamar: as ocupações. Muitos participantes destas ocupações não permaneceram nas terras que ocuparam. Um exemplo disso está no depoimento de Entrevistado 5:

Continuei naquela região, depois eu fui pro noroeste de Minas. Onde nós tentamos criar um movimento; no primeiro momento não deu certo. Depois nós fomos pro triângulo mineiro, também pra construir o movimento sem-terra. Ficamos por lá um tempo, fizemos as ocupações e depois eu retornei novamente pra Mucuri e Jequitinhonha, e depois eu fui pro sul de Minas. Construí o movimento no sul de Minas. Depois retornei pra grande BH. Criamos o movimento na grande BH e entorno. Fomos pro noroeste de novo e criamos o movimento DF e entorno, que foi uma outra... Uma outra coisa que nós fizemos que não tinha nenhuma superintendência do Incra no DF e entorno, e também não tinha o movimento no DF e entorno. Nós criamos o movimento também no DF e entorno. Aí depois, passei um tempo na grande BH. Fui de novo pro Mucuri e Jequitinhonha.

Foram mais de cinco locais diferentes em Minas Gerais e um fora do estado em que o Entrevistado 5 participou diretamente como um dos líderes do movimento sem-terra pelo MST. A luta pela terra que antes era agregada no sonho de ver seu pai trabalhando naquilo que seria da família agora se soma às causas de outras pessoas de diversas regiões com histórias parecidas com a sua própria. A identificação com o movimento não está mais fixada à luta no vale do Rio Doce, mas sim a um ideal de luta pela terra.

Outro que participou de muitas ocupações foi o Entrevistado 2. Três delas foram feitas no vale do Rio Doce antes de se instalar no assentamento Joaquim Nicolau. Outros assentados participaram de mais de uma ocupação, por vezes na tentativa de serem assentados, bem como na participação efetiva da luta pela terra com os movimentos sociais.

Portanto, muitas ocupações foram feitas mediante organização pautada nos ideais de luta pela terra com o MST à frente. No caso em discussão, as datas das três “ocupações” tornam-se simbólicas, seja pelo histórico dos movimentos sociais, que organizados, utilizam-se desta estratégia para a conquista da terra; seja também pelos históricos individuais de vida, pois as peculiaridades da trajetória de cada indivíduo passam a coligar-se nas ocupações e nos assentamentos estabelecidos.

No assentamento Joaquim Nicolau não houve ocupação propriamente dita. O que ocorreu lá foi um desejo do próprio proprietário em tornar as suas terras em *kibutz*, um modelo israelense de comunidade. A terra, por estar próxima a um distrito de Governador Valadares, teria a atenção de muitas pessoas que estariam interessadas em “ganhar” um espaço para si. Sobre isso, Entrevistado 2 explica a intenção do dono buscar pessoas de fora da região: “Que uma vez ele falou. O pessoal do Chonim, se eles viesse pra aqui, mas eles nunca iria ficar aqui. Eles ia queria ‘vim’ aqui passear no final de semana, mas ia ficar mais é no Chonim. Então ele preferiu trazer pra aqui o pessoal que ele sabia que vinha pra morar”.

Assim, atores do movimento de luta pela terra e o INCRA negociaram para que as terras se tornassem um assentamento, “pulando” uma etapa muito dura na luta pela terra que é a ocupação.

O assentamento Barro Azul também teve uma trajetória peculiar. Segundo Entrevistado 1 “...é uma ocupação, mas com uma terra que já estava desapropriada. Não houve resistência, não houve coisa não.” Com a desapropriação, a ocupação não foi marcada por conflitos abertos ou resistência explícita de fazendeiros da região. Entrevistado 1 explica que:

Aqui foi um assentamento, eu considero o mais rápido de Minas Gerais. Porque, isso aqui, com quatro dias que nós estávamos aqui... É, eu acho que é quatro dias mesmo. Já tivemos a notícia que seria nossa terra. Que nós, essa é a nossa. Mas uma semana depois, a Marlene, é quem negociava no INCRA e trazia as notícia e tal. A Marlene lá do Primeiro de Junho. Aí ela chegou e deu

a notícia, que nós já tínhamos a emissão de posse. Aí... Trinta dias depois... Não demorou nem 30 dias direito. Recebemos já aqui, quando o acampamento mudou pra aqui. Recebemos o fomento e a alimentação.

Foi no assentamento Oziel Alves Pereira que a ocupação ganhou destaque: passou-se mais de um ano entre a data de ocupação e a data de sua criação. Em 23 de agosto de 1994 ocorreu o início da ocupação. Entrevistado 3 conta como foi a chegada das famílias à Fazenda do Ministério:

A terra lá é 402 alqueires de terra. Então nós chegamos lá na madrugada, de meia noite e meia, mais ou menos. E aí só via carro entrando, carro saindo, e mato já caindo, pessoal passou a mão nas ferramenta e foi roçando e começando a construir os barraco. E aí (...) E ficamos uns quatro dia lá dentro. Aí como eu, naquele período eu num tava, é, é ainda, é, é, mesmo participando, né. E, aí eu fui... Aí isso foi, foi feito o despejo. Não como despejo, né? Nós saímos, é, pacificamente. Fomos pra beira da pista. (...) Aí a gente saiu e foi pra beira da pista e ficamos lá. É, um ano e dez meses, lá.

Foram um ano e dez meses para que chegasse o dia 26 de junho de 1996, data da criação do assentamento. Tal período foi caracterizado por inúmeros problemas: alimentação, saneamento, violência, segurança e outros tantos constrangimentos.

A legalização da terra

A negociação para legalização da terra ocupada ocorre durante a ocupação e por isso mesmo as atenções serão voltadas para estes momentos. Ou seja, na gênese dos assentamentos estão as estratégias dos movimentos sociais, a resistência dos ocupantes, e as forças contrárias internas e externas. Entrevistado 6⁹ relata sobre a dificuldade que é viver sob a expectativa de um sonho da conquista da terra, vendo os direitos básicos serem atacados e pela precariedade da vida nos acampamentos.

(...) As pessoas vão naquela expectativa, depois vai perdendo... A luta é muito difícil. É, morar debaixo duma lona, só calor de dia, sereno a noite. (...) Esfria muito a noite, muito quente durante o dia e... coiso, né. Coisas que, vamos dizer, são básicas, né? Num tem uma fossa e coisa, um banho precário, e tudo. A maioria das vezes até a água é precária e tudo, então assim, é um desafio

⁹ Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

muito grande.(...) As pessoas vai prum acampamento, vítima de injustiça social das política do governo. Aí vai prum acampamento, pra construir o seu sonho ali. E acaba, na maioria das vezes torna-se vítima segunda vez ainda, né? Porque o, os conflito agrário, a demora no processo, né. A sua mudança de cultura, né? Vem cada um de uma região, aí chega ali, né? As pessoa de, dumas culturas diferentes.

Em dois dos assentamentos em destaque nesse trabalho, Barro Azul e Oziel Alves, a ocupação e levantamento de acampamentos são marcos constituidores de sua territorialização. O primeiro registrou menos de trinta dias na condição de acampamento. Entretanto, não significa dizer que estas pessoas não conheciam tal experiência. Muitos vinham de outras ocupações, como foi o caso do Entrevistado 1 que explica como foi o primeiro dia do acampamento do Barro Azul:

Do Periquito pra cá ... Chegou o Entrevistado 5, Armando... Já tinha outras pessoas, e... Eram lideranças, chegaram assim, umas seis hora da tarde. Já escuro. Falou: ó, todo mundo arruma suas lona e suas vasilha, arruma tudo, ensaca tudo que dez horas o caminhão encosta aí. Era do MST, isso. Aí nós arrumamos e esperamos os caminhões. E aí foi chegando, e já todo mundo já foi se arrumando, colocando suas coisas no caminhão. Daí a pouco os ônibus ‘encostô’ e... Começou a chover muito. Muito mesmo. E aí nós entramos no ônibus e viemos embora. Desembarcamos aqui debaixo de chuva. E ficamos debaixo de chuva até o outro dia, é...Home, mulhé, menino, é... Faz até a gente... Poderia ter a noção, a gente... Nós num tivemos a noção de pelo menos tirar uma foto, gravar aquilo...Porque num tinha como... Ninguém lembra de uma coisa dessa na hora. O tumulto foi muito grande porque todo mundo... Caminhão não pode entrar até na localidade, ficamos na faixa da BR ali, e foi carregando aquilo. No outro dia, a Marlene, assim que amanheceu o dia, a Marlene lá do primeiro de junho e o Entrevistado 5 vieram com uma caminhonete e foram puxando. Assim, aquilo que ficou dentro da lama, no meio da estrada, puxando lá pro acampamento, lá onde ia ser formado o acampamento. E aí já tinha alguns levantando a barraca e eles nos ajudaram muito, e, puxando essas coisa. Mas na lama, escorregando e caindo, a meia noite, e... Foi muito difícil, muito difícil, muito difícil... A chegada foi muito difícil. Que choveu muito, muito mesmo. A noite inteira, pesado e tínhamos que desembarcar do caminhão, e como é que ficava? Cada um desenrolou sua lona e se tampou, e deitou no barro. E outros deitou em cima daquela sacaria de coberta que tinha, e tampou com a lona...

Nessas poucas semanas que ficaram acampados, as dificuldades comuns a este tipo de situação como comida, saneamento e proteção das intempéries; foram somadas à falta de água, problema inerente à fazenda desapropriada pelo mau uso decorrente da pecuária extensiva praticada na região (INCRA, 2004). Naqueles dias os fazendeiros da redondeza não ofereceram ameaça, tampouco houve policiamento ostensivo, algo que

para o movimento sem-terra, é recorrente. Entrevistado 1 explica como foi a postura dos fazendeiros nos dias de acampamento no Barro Azul:

Não, é, se eles num falavam bem, mas mal também não falaram não. Não. Inclusive, o fazendeiro vizinho aí, tinha pessoas que ia lá. Outro arrumou água pra nós, igual o doutor Élton Geraldo de Barros, lá na Cantagalo. Por não ter água na fazenda pra tomar. Eles arrumava leite pras crianças, certo?

Desde a ocupação, durante o acampamento que durou poucas semanas até a emissão dos documentos que validavam o assentamento Barro Azul, diversos contextos foram favoráveis para o estabelecimento das famílias na fazenda. A desapropriação antecipada, a postura dos fazendeiros da região em até auxiliar as famílias que ali chegavam, a agilidade do governo em emitir os documentos, tudo isso somado às características da própria terra em sua degradação e falta de água potável acessível serão determinantes para o processo de territorialização que já ocorria.

Diferentemente do Joaquim Nicolau e Barro Azul, o processo de ocupação no assentamento Oziel Alves possui um destaque especial. A ocupação durou um ano e dez meses. Muitas famílias que chegaram ali vieram de outros acampamentos já estabelecidos na região. Este foi o caso de Entrevistado 3 que foi um dos primeiros a chegar na ocupação, vindo do assentamento Primeiro de Junho, em Tumiritinga. Por não ter sido relacionado para ser um assentado por lá, juntou-se ao movimento para ocupar a Fazenda do Ministério, como ele mesmo conta:

(...) entrei nas primeiras horas. Aí vim trazendo pra cá umas panelas e uma, uns pedaço de lona e a coragem. Aqui, é... Então, quando nós ocupamos, nem foi nesse espaço aqui, né? Foi a ponta da fazenda que era depois da cidade dos meninos. Aí é o período que nós tinha que ter, o movimento tinha aquele período né, de, de resistência, né? Aí qual que é a resistência nossa? Nós tava na beira da BR e entrar pra fazenda pra, pra que? Pra limpar a terra pra poder plantar. Aí o polícia ia lá e nós saía, aí no outro dia nós voltava. O dia que a polícia ia primeiro que nós, nós não ia, e foi assim, né?

Foram 250 famílias se instalando na fazenda. Tal momento foi tão impactante que a sociedade ruralista valadarense atacou duramente o movimento, utilizando o jornal local, *Diário do Rio Doce*, como demonstra o trabalho de Nagel Medeiros (2011). Chamados de “invasores”, foram tratados como ameaça à ordem, gerando um grande

desconforto político para o então prefeito da cidade. Em quatro dias ocorre o despejo amparado por uma decisão judicial. A presença da Polícia Militar pressupunha uma resistência muito grande com margens à violência. O acampamento foi deslocado para as margens da rodovia, mantendo-se a resistência de levantar as barracas; iniciar a limpeza da terra para o cultivo, sempre sob a orientação do MST. Nestas condições, muitas famílias se estabeleceram durante meses. Entrevistado 5 destaca a ausência de famílias vindas de Governador Valadares. Para ele, tal fato se deve ao histórico violento que a Fazenda do Ministério representava para a sociedade valadarense.

A ocupação em si foi tranquila. Apesar de que aqui só tem uma família... duas famílias de Valadares, o restante tudo veio de fora, porque o povo de Valadares tinha medo. Imagina? Nós tão colado na cidade, né. O povo de Valadares tinha medo de falar em reforma agrária. Então todo mundo aqui é de fora, num é de Valadares. E as família que tá aqui que é de Valadares é que são de dentro do sindicato.

Eram mais de 1200 pessoas e a ausência de famílias da própria cidade é um dado curioso. O histórico da Fazenda do Ministério possuía um significado simbólico muito mais profundo. O choque entre a política hegemônica latifundiária e os movimentos sociais na ocupação desta fazenda em questão possui raízes históricas de décadas, e apartada da memória. A elite política e econômica da cidade percebeu este movimento como um duro golpe (MEDEIROS, 2011).

Depois de um ano e dez meses de resistência vivendo em condições extremamente complicadas, restaram menos da metade das famílias que estiveram na primeira ocupação. Este fato acabou sendo também uma espécie de seletiva, afinal, os assentados hoje são as famílias que resistiram até a emissão do documento que criou o assentamento. Entrevistado 5 relata o seguinte:

Por exemplo... É, as pessoas, num primeiro momento ficam muito animadas e vai pra ocupação e tal. E depois, com o despejo, eles vão desanimando. Vai achar que não vai sair mais, que não vai dar certo. E aí acaba desanimando muita gente, né? Então eram duzentas famílias, que acabou no final foram assentado aqui quarenta e sete. Porque eram todos que estavam acampado até essa data.

A permanência desse grupo menor resistindo às investidas contrárias é explicada por estudo de Rapchan (1993) que avalia que os movimentos sociais acabam fortalecendo

a identidade camponesa destes sujeitos privados da terra. O fato de estarem vinculados aos movimentos sociais como o MST, reforça a consciência coletiva e social e de seu papel na luta pela terra, em busca de um sonho; como Entrevistado 3 relata:

Mas aí que, é... o meu sonho foi realizado em partes, que é eu ter a conquista da terra, né? Hoje, constituí família, né? Era uma outra preocupação minha, né, que um dia eu pensasse em casar e morar onde, né? (...) E assim, o fato da minha decisão de, de casar, inclusive, é porque já tinha a certeza da conquista da terra, né? Que a terra já estava conquistada, né? Mesmo morando debaixo dum ranchim, né? Tava morando num barraco que era coberto de lixa ainda.

Aqui temos o retorno a uma identidade social que se manifesta num comportamento muito específico diante do mundo: um sonho nostálgico atrelado à sua raiz camponesa. Este reconhecimento do modo de vida que também perpassa seus pares alimenta a postura de resistência para um determinado fim, compartilhado por todos. Portanto, existe uma mística comum, ligada à luta pela terra que torna a resistência coesa, determinada a alcançar os objetivos comum a todos (RAPCHAN, 1993). O assentamento Oziel Alves Pereira apresenta mais nitidamente essa mística da terra, talvez pelo componente histórico que compõe sua territorialização na luta pela terra no vale do Rio Doce.

Finalmente, a legalização das terras para a reforma agrária chega aos assentamentos, iniciando uma nova etapa no processo de territorialização dos mesmos.

A criação oficial dos assentamentos

A criação dos assentamentos é feita a partir da desapropriação das terras. O processo todo ocorre por negociação entre governo e movimentos sociais. Neste momento todas as trajetórias individuais se fundem e se consolidam na territorialização peculiar de cada assentamento. As histórias de vida, a luta pela terra liderada pelos movimentos sociais; o papel do governo, da sociedade, dos assentados e da própria terra; geram resultados diferentes e específicos de cada assentamento.

Ademais, toda carga simbólica advinda da luta pela terra, que nivela todos integrantes do movimento aos mesmos desejos, deveres e direitos; juntamente com as manifestações, resistências, dificuldades diversas estarão em movimento na formação dos assentamentos. De acordo com Caldart (2005, p. 28) “de modo geral, as lutas pela terra

assumem na história um sentido cultural destacado, com dimensões simbólicas que talvez tenham a ver com a própria força mística da relação do ser humano com a terra”.

Isso significa dizer que os aspectos físicos, visíveis, são apenas uma parte da territorialização dos assentamentos. A formação de lotes, abertura de vielas, levantamento de barracos, casas, construção de cercas são ações que modelam o território e estão diretamente conectadas com as histórias coletivas e pessoais dos assentados. Portanto, é importante compreender que o ordenamento dos assentamentos possui uma lógica territorializante muito anterior ao efetivo momento de ação sob a terra.

No assentamento Joaquim Nicolau da Silva, a fazenda já possuía algumas casas construídas, ainda que em mau estado, e acabaram servindo para esse primeiro momento na formação do assentamento. Segundo o Plano de Desenvolvimento Rural de Governador Valadares: Diagnóstico Sócio Econômico e Zoneamento Ambiental - PDR/GV (2001-2002) além das casas, havia também um curral, um galpão que serviria para a sede comunitária, algumas cercas e água encanada.

Com os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, as casas e cercas ganharam forma e o maquinário auxiliou o início da produção. Era o início da mudança da paisagem da fazenda que até então era predominantemente degradada. No mesmo ano, a produção de feijão, milho, mandioca, banana, cana e outras árvores frutíferas passou a ganhar força. A proposta organizacional era coletiva, visto que as 17 famílias produziram em prol do crescimento e estabelecimento da comunidade. Entretanto, inúmeros problemas afetaram estas produções ainda no mesmo ano (PDR/GV 2001-2002) culminando no fim das ações coletivas e dando início às ações mais individuais.

Outro aspecto significativo no processo de territorialização do assentamento Joaquim Nicolau da Silva está no relacionamento dos assentados com os moradores do distrito de Chonim. Se não houve resistência por parte dos fazendeiros da região que fosse capaz de ameaçar de alguma forma as famílias assentadas, o preconceito por parte dos moradores do distrito acabou sendo um elemento que também compôs a história.

Segundo Entrevistado 2 “teve um preconceito muito grande, teve... Inclusive na escola, nós tivemos dificuldade na escola, com a escola.” As crianças do assentamento tiveram dificuldades no transporte para a escola devido ao preconceito para com o

assentado, mas que depois desses 17 anos diminuiu muito. O Entrevistado 4 também se recorda do episódio relacionado à escola, que era na sede do distrito:

Então quando nós chegamos em Chonim de Cima. ... Meio arisco, assim. (...) Teve algumas pessoas né, que... Que num achou bão, não. Quando nós ia pra escola, e nós vinha embora, tacava pedra na gente e tal. (...) Antes tinha esse problema. “Ah, é sem-erra! Vamos tacar pedra que esse povo é ruim e tal.” Mas depois foi... Acostumando.

Tanto Entrevistado 2 como Entrevistado 4 concordam que a relação entre assentados e moradores do distrito já melhorou muito. Entrevistado 2 conta:

Melhorou, agora não... Agora a gente tem nome, a gente tem... Nós somo respeitado! (...) Respeitado! Inclusive eu já dei palestra na escola de Chonim. Já dei palestra aí, na escola aí... Nos dois Chonim, no Chonim de Cima, na Marçal Ciríaco, e no Chonim de Baixo também.

Ser reconhecido, respeitado, “ter nome”, como demonstra o depoimento do assentado é um passo relevante para a comunidade pois evidencia a efetiva territorialização. Ao se ter nome, poder nominar o assentamento e ser reconhecido nele por este mesmo nome é outro fenômeno simbólico que caracteriza a espacialização da luta pela terra. Agora, além de terem terra, também tem nome. São mudanças que perpassam para além da infraestrutura, estabelecimento das residências, ligação de energia elétrica, transporte para a cidade, escola e outros direitos advindos da cidadania. Esta mudança ocorre também no indivíduo, como o Entrevistado 2 relata:

Mudou. Assim, eu quero falar pra você uma coisa, que aí eu tive muita, muita contribuição do CAT¹⁰. Eu falo isso, muita contribuição. Que eu era uma pessoa que eu não tinha consciência agroecológica, hoje eu tenho. Agradeço o CAT, né? Eu... e eu acho que eu posso falar, assim, de tudo eu já fiz um pouco... já queimei ... Na região que nós mexíamos com café, eu já cansei de botar uma bomba de veneno nas costas. Hoje eu não faço isso mais, né. Eu posso te falar que eu já mexi com carvoeira, não mexo mais. Já mexi com garimpo, que também destrói, não mexo mais. Então a minha consciência hoje é outra. Mas, é... Nós tem gente aqui, que só dele tá aqui, pra mim já melhorou a vida. Porque se ele num tivesse aqui, ele estava numa favela de uma cidade, pagando aluguel.

¹⁰ Centro Agroecológico Tamanduá – ONG voltada para apoio técnico à produção agroecológica e agricultura familiar; no município de Governador Valadares apoia e atende agricultores dos Assentamentos Joaquim Nicolau e Barro Azul.

^x O entrevistado se refere ao engenheiro agrônomo Edson José Soares, que atuava na assistência técnica aos assentados.

Aqui, o assentado deixa claro que a caminhada ao longo dos anos ao lado dos movimentos sociais lhe trouxe novas formas de perceber seu modo de vida e a importância da agroecologia, por exemplo. Neste ponto, seu modo de produção, de pensar a reforma agrária, da importância da coexistência do homem com o ambiente, sofre mudanças. Ressalte-se a menção que ele faz às favelas, contrapondo-a à ‘melhora de vida’, que na sua opinião, é proporcionada pela vida no assentamento.

A ideia de interdependência entre trabalhadores também faz parte da territorialização dos assentamentos, diante de um novo momento na vida dos assentados, agora com terra. Este pensamento é percebido na fala de Entrevistado 4:

Quando... Uma classe trabalhadora do Brasil exige seu direito, né? Igual nós tivemos agora a greve dos caminhoneiro, atinge todos os brasileiros, né. A classe dos professores estão querendo seus direitos, atinge todos os brasileiros. Então que que acontece, muitos não entendem essa dimensão, né? De que nós somos interligados um ao outro, né. Todas as classes que trabalham no Brasil são interligada. Desde o menor profissional ao maior profissional, um depende do outro. Então, o brasileiro tem essa dificuldade, né? De, de... De ver que o companheiro também, é... Precisa do apoio do... A luta que ele tá querendo é pra melhorar pra todos.

É uma fala claramente politizada, estruturada não apenas em uma análise pessoal das dificuldades individuais, mas também das dificuldades que se apresentam na luta pela terra, muitas vezes sem apoio necessário. O depoimento pode ser lido na perspectiva de uma territorialização contínua, que requer diferentes apoios e resistência a todo tempo. Portanto, cabe apontar que para ambos assentados no Joaquim Nicolau, o sentido de se ter uma terra, algo que antes era objetivado; fator motivador da luta camponesa, da força coletiva dos movimentos sociais; agora, transmutou-se num sentimento de pertença à terra. Se antes, toda resistência às adversidades sociais, políticas e históricas, juntamente com a própria identidade camponesa dava combustão à potência de luta junto aos movimentos sociais, tal força agora é incidida na terra, no trabalho que produz e mantém o novo modo de vida: o de um camponês com terra.

No Barro Azul, os documentos que legalizaram o assentamento saíram com poucos dias de acampamento levantado em junho de 1996, como já foi dito. As famílias acampadas ali presenciaram o governo, através do INCRA, separar os lotes e por consenso distribuí-los às famílias, como conta Entrevistado 6:

Estou ali no acampamento, ali. O Incra vem, mede a terra, faz o mapa lá dos lote. Onde vai traçar, passar as estrada, onde vai pegar os lote. Vai, marca lote por lote. Aí tá pronto pra família ir pro lote, né? (...)Aí, quando tá pronto pra isso é feito ou o sorteio, ou é feito um consenso (...).

Separar lotes, abrir ruas e juntamente com elas, passar a rede elétrica é um processo que dá forma do assentamento. Se até então, o seu escopo era baseado nas famílias que acampadas, viviam a expectativa da legalização do assentamento; agora, em sua criação oficial vê-se a mudança da paisagem de um espaço geográfico deixando de ser fazenda. Sendo um processo de territorialização, suas particularidades também estão presentes: previa-se assentar 50 famílias e havia 56 no total, como conta Entrevistado 1:

Olha, o total de famílias é 56 famílias. No início o funcionário do Incra veio aí e abriu o mapa e explicou, no início, antes de partir, né? Que o assentamento era pra cinquenta famílias. Mas como tinha outras pessoas que ficaram e encrencaram muito e tal, e tal. Aí a turma resolveu, o pessoal resolveu, é... Diminuir e colocar mais seis (...).

Com o número de famílias acima do previsto, seria necessário um consenso de quais famílias ficariam no assentamento. O atrito que ocorre devido à eminência de algumas poucas famílias não serem contempladas favoreceu a decisão consensual de diminuir o tamanho dos lotes para conciliar todos no assentamento. Temos aqui, mais um elemento territorializante proveniente do pensamento coletivo anterior à formação do assentamento. Mediante o problema, o modo de resolvê-lo foi procurar garantir a todos o direito à terra. A participação do movimento compreende a possibilidade de se tornar um assentado; o que permite pensar em seu contraponto, a eminência de continuar um sem-terra.

Para exemplificar melhor essa problemática no Barro Azul, das seis famílias que passariam do número proposto pelo INCRA, uma era oriunda da própria fazenda desapropriada. Um ex-funcionário que, vendo o movimento se estabelecer e, sendo ele no fim das contas, também um sem-terra, buscou se envolver para ser contemplado:

É, esse daí era um funcionário já daqui e todo mundo é, cinquenta e seis com eles. (...) Com eles. E aí todo mundo decidiu deixar ele. Ninguém teve resistência quanto a isso, não. Tem, é... Inclusive ele não podia ser cadastrado, porque ele era aposentado. Na época o aposentado num podia. É, ele cadastrou a esposa dele, que é a dona Hilda Souza Lopes. Ela que é a titular(...) (Entrevistado 1).

Entrevistado 1 explica que foram decisões tomadas sob assembleia com as famílias que iriam formar o assentamento. Levaram em conta toda situação das famílias sem-terra, dependentes dos fazendeiros para quem trabalhavam e que teriam de abandonar o local, cedendo espaço para o assentamento.

Bom, segundo ... Muitos não achava justo não. Mas eu acho sim. Porque depois de uma pessoa tá estruturada numa localidade, pra sair dali sem saber pra onde vai, sendo que o fazendeiro, é, a gente não sabe o..., a resistência muito grande de fazendeiros por tempo de serviço. Pra pagar tempo de serviço. Inclusive esse senhor ali veio pra aqui com dezessete anos, hoje tá com setenta e... Oito, setenta e nove. Ele criou a família toda aqui. Veio pra aqui com dezessete anos, olha quantos anos tem.(....) Então pra tirar uma pessoa que já tá estabilizada há vinte, trinta anos na localidade, pra jogar ele pra rua, é muito difícil pra essa pessoa. Então isso que algumas pessoas pensou numa assembleia. Grupinhos, conversando e foi pra assembleia. Não, que deixa o pessoal, pode deixar, vamos deixar eles. E aí ficou, é... Num tiveram resistência não.

É importante perceber que durante o processo de estabelecimento do assentamento, o tamanho dos lotes acabou sendo decidido antes mesmo de estabelecerem quais famílias ficariam onde. Portanto, a própria paisagem do assentamento, que planejado para 50 famílias acabou sendo alterada por uma questão vinda da consciência de classe que o grupo teve. As assembleias foram uma das ferramentas que, juntamente com os tratores, os mapas desenhados pelo INCRA, incidiram sob a antiga fazenda, desenhando o assentamento Barro Azul.

Divididos os lotes, definido as 56 famílias, o processo de territorialização perpassa, então, pelo trabalho de cada família. O levantar de cercas, das casas e início da produção dependente diretamente dos recursos governamentais, como foi apontado pelo Entrevistado 6.

O Entrevistado 6 toca em um assunto complexo no caso do assentamento Barro Azul. As famílias tiveram que levantar suas casas, cercar seus lotes a partir do zero. Os recursos que vieram serviram a esta base, mas dificultando futuros investimentos em produtividade rentável para os assentados. A situação se complica com a recorrente falta de água no, agora, assentamento. Entrevistado 1 explica como os programas e projetos do assentamento para produção agrícola foram limitados pelas questões ecológicas da região:

Fazer quinhentos metros de cerca, porque não tinha. E plantar meio hectare de cana. Não tivemos êxito. Naquele ano, quem plantou a cana perdeu tudo. Ninguém! Porque a seca perdurou, pegou ela pequena e aí não saiu, pra ninguém! Aí em seguida, naquele, no outro ano. Um ano depois. O Edsonx tornou a fazer outro, outro projeto pra nós. (...) Pegamos quatro mil e oitocentos reais. Aí foi em função de comprar uma carroça, um burro, bomba d'água, e... complementar a caixa d'água, e complementar cerca. Aí acabou de melhorar nossa situação. No outro ano, no mesmo ano, seguinte, aí veio um projeto de novo. Ele tornou a fazer o projeto pra nós de, de um custeio. Esse custeio enterrou nós, enterrou nós, que era pra plantar mandioca. É crítico em falar que a pessoa plantar e não ver nem o pé. Mas aconteceu aqui, muitas pessoas plantou e aquilo ficou aquele troço garrado, garrado... Outros num saiu. Ia ver o cupim comia a rama.

As dificuldades de honrar os projetos custeados pelo governo acabaram sendo um dos principais empecilhos para a estruturação do assentamento. Foram fatores que impediram também uma organização maior entre os próprios assentados, afinal, como manter uma produção coletiva diante da dificuldade de manter o mínimo para si? Houve iniciativas do governo municipal como ele ainda relata:

A prefeitura tá entrando aí, incentivando as pessoas a plantar. Eu acho correto. Eu acho correto, e certo, e seria bom. Mas sentado nesse mermo localidade eles fizeram uma reunião e me pediu se podia ser aqui, eu falei que podia, e... Nessa gestão agora. Mas falando em plantio de horta e tal. (...) Aí eu quis abordar a questão da dificuldade. Mas companheiros nossos mesmo não quis esperar eu explicar pra eles a dificuldade que é. Porque você já pensou se eu planto uma horta aí com o compromisso, porque tem que ter compromisso, é... E lá vai bem, e a água seca? Como que eu vou fazer? Tanto vou perder, quanto vai, vai acabar o compromisso. Não tem jeito. Então eu queria dizer pra eles, que se eles tem algo a nos oferecer, é, ofereçam primeiro a maneira de nós podermos produzir. É o que? A água. É o essencial aqui, a água. (Entrevistado 1).

Tais problemas ainda perduram no assentamento. São questões imperceptíveis para um observador de fora. Mas é possível se perguntar se estes problemas pós formação do assentamento, não mudariam o ponto de vista de um assentado sobre os benefícios de terem se tornado agricultores com terra. O Entrevistado 6 busca responder a questão, apontando quais seriam as opções fora do assentamento:

Uai, é... Valer a pena, apesar de dificuldade, vale. Quantas família estão passando fome aqui no Valadares hoje? (...) Sem condição de pagar uma água. Sem condição de pagar um aluguel. Talvez tenha até um barracinho próprio, um... Um barraco de forma precária. Sem um espaço. Num tem uma comida. Apesar de, de todas as dificuldades, miséria que tem no campo, você consegue ... colher lá uma abóbora, ou colher uma coisinha aqui, outra ali. E na cidade, na favela, que que a pessoa colhe? Né? Colhe, né? Então assim, é uma coisa

justa, sabe? Assim, apesar das suas deficiências, eu tô lá em... Lá em casa. Num assentamento de reforma agrária.

As dificuldades são minimizadas quando a cidade entra em comparação. Para ele, a opção seria uma moradia precária na cidade, com más condições de vida e altos custos. Para o Entrevistado 6, não é uma opção viável, visto que no assentamento ele se reconhece, em seu modo de vida, tanto que chama de casa como sendo seu lugar, sob a ótica conceitual de Tuan (1980). Para o autor, lugar ultrapassa a percepção geográfica de localização e está mais próxima de um local impregnado de significados vindos da experiência dos mesmos indivíduos que o percebem como tal. É a sensação de segurança, a percepção de um lar, da casa como o Entrevistado 6 mesmo afirma, reforçando mais uma vez, o ideal do campo, da vida camponesa como parte de sua identidade, de seu modo de vida e seu lugar:

Né, aqui na cidade a maioria das pessoas tem a fome oculta, né? Ele se... Eles comem mas aquilo que ele come não é uma qualidade nutricional muito boa, né? É hambúrguer, miojo, essas coisa. É, que tem por aí, né? Então assim, uma qualidade de vida no campo. É só que, a questão de ser assentado de reforma agrária não é pra qualquer um, entendeu? A pessoa, ela tem que ser disposta mesmo, a encarar os desafios de... Do dia-a-dia, sabe? Tendo a ilusão que rico ele num vai ficar... Sabe? E... Coisa. Mas pelo menos a... Ele tem uma riqueza, seu canto...(...) Cê ter os filho criado num ambiente bom, né? (inaudível) ...filho de pobre na cidade é criado no meio da criminalidade. Lá no campo não, outro modelo.

Diante do exposto, percebemos que as dificuldades vindas do meio físico, falta de água e degradação da terra, interferiram diretamente na implementação do assentamento Barro Azul; entretanto não foram fatores limitantes para a territorialização do assentamento ou para descaracterizar o modo de vida camponês ali implícito.

Em relação ao Assentamento Oziel Alves Pereira, com a confirmação da desapropriação da Fazenda do Ministério, a sua formatação passou a ser uma questão de tempo. A divisão das terras no assentamento ocorreu de modo informal. Segundo o Entrevistado 3:

Porque a gente que foi, foi muito, foi muito opcional, né? Cada um que estava trabalhando, né, na sua área, lá mesmo, cada um foi se definindo, né? Então aqui não houve sorteio, foi por opcional. (...) Foi.. Foi muito mais fácil, né? Num teve problema de sorteio. E aqui foi que eu comecei a constituir minha família, né?

Esta divisão, sem sorteio definido, ocorreu entre os assentados que estavam envolvidos no movimento. Foram 50 famílias que se estabeleceram na área do assentamento, facilitando o processo do INCRA na divisão das terras. As outras 22 famílias que tinham vínculo com a empresa estatal que administrava a fazenda se estabeleceram mais ao leste. Já no trabalho, cada família passou a administrar os lotes para levantar as casas e iniciar a produção com a chegada dos recursos governamentais como foi apontado pelo Entrevistado 3.

Com os recursos, as casas foram sendo levantadas. Neste momento, percebe-se a infraestrutura sendo estabelecida: a rede elétrica, os encanamentos e abertura de ruas dentro do assentamento. A paisagem passa a ganhar novas formas, pois são 72 famílias modificando e dando novas funções ao território. Os trabalhos coletivos, como ocorrido nos outros dois assentamentos, não tiveram aderência de todos. Aqui, as informações destes trabalhos são focadas nas 50 famílias de vínculo com o MST. No total, segundo o Entrevistado 3, foram 24 as famílias que aderiram ao formato coletivo de produção. Para ele, se trata de “vícios artesanais” do modo de vida camponês, pois cada um pensa e produz de uma maneira. “Pra poder você desfazer deles pra poder viver uma vida coletiva não é fácil, né? (...) Entrevistado 3.

Duas importantes análises podem ser feitas aqui. A primeira está na identidade camponesa que é comum aos assentados dos três assentamentos. Tal identidade é percebida de forma diferente pelos assentados, mas em todos os três é possível percebê-la circundando a formação deles. Neste último, Oziel Alves Pereira, segundo um dos líderes do movimento dentro do assentamento, esta identidade interferiu sobre a divisão das tarefas coletivas e, portanto, no formato da produção.

A outra observação está na memória marcada pela exploração patronal como justificativa para a individualidade. Neste caso, segundo o Entrevistado 3, percebe-se como o sofrimento passado das famílias pode ser tomado como um combustível para reforçar os desejos de evitar a coletividade dentro do assentamento, na tentativa de se afastar possíveis prejuízos ou exploração. Não é difícil compreender essa linha de raciocínio pois, ao se pensar em uma família que viu na luta pela terra, nos movimentos sociais, uma forma de escapar da condição de meeiro ou outra forma subalterna de viver no campo, é compreensível que, agora ‘com terra’ ocorra este desejo de se ter nas mãos o total controle sobre ela.

A proximidade com a cidade facilita muito não apenas a produção interna, mas também o crescimento interno do assentamento, como aponta Entrevistado 5:

Desde 96... Os que vão nascendo depois, são pouquíssimos que saem. São mais os que chegam. Porque as vezes eles casam fora e traz pra cá. Porque aqui tem mais espaço pra construir casa, tem mais condição e tá pertinho da cidade. Então... É, é, todo mundo vive disso. Então assim, aqui tem um pouco de tudo. Tem o trabalho na terra e tem também as pessoas que trabalham da cidade. Os filhos às vezes trabalham na cidade, que por algum motivo não queiram trabalhar na terra, trabalham na cidade, outra hora trabalha na cidade e trabalha na terra, então faz um pouco, essas duas coisas.

O ponto positivo da proximidade da cidade está na acessibilidade que o assentamento tem. Além de permitir escoar a produção interna com mais facilidade, os equipamentos públicos são mais acessíveis. Escolas, postos de saúde, transporte público e outros auxiliam, portanto, no estabelecimento e territorialização do assentamento.

Outro destaque está para a consciência da preservação ambiental que o assentamento passou a ter. Tal postura está imbricada com a recuperação da terra e das nascentes que existem dentro do assentamento. Para Entrevistado 5, a visão de produção que é prezada na região está vinculada à pecuária. No assentamento não se produz, segundo ele, sem observar o meio ambiente. Um grande exemplo são os planos para recuperação das nascentes e sua preservação.

A própria ausência do gado que antes era do latifúndio já muda a paisagem. O trabalho de recuperação ambiental não está apenas ligado ao modo de vida camponês ou mesmo à uma consciência crítica voltada para recuperação ambiental. Tal postura visa o próprio sustento onde as nascentes não apenas são recuperadas, mas permitem seu uso para agricultura.

Tinha produção de milho, feijão, arroz. E hortaliças, nós..... é estava aqui um... Entregando no Ceasa. Entregava aqui média de cinquenta, sessenta caixas de quiabo, de pepino, é.. vagem. Estava... dando certo. A gente produzia em média de, de quatrocentas e quinhentas sacas de milho. Gado, nós chegamos tirar aqui média de, de 200 litros de leite por dia. (Entrevistado 3).

A produção das famílias coletivas obteve resultados até o ponto em que os investimentos diminuiriam e devido às diferentes formas de produção. Entrevistado 3 explica que há uma espécie de “divisão em setores” dentro do assentamento, onde uns investem de modo diferente e em diferentes áreas, os recursos que conseguem com os

bancos. Os resultados, apesar de positivos, não foram satisfatórios para todas as famílias. Deste modo, os investimentos que deveriam trazer retorno a longo prazo acabaram impedindo que o grupo coletivo se mantivesse por mais tempo. A falta de rendimentos mais rápidos, segundo esse assentado foi um dos motivos para o fim do grupo coletivo no assentamento:

O retorno pra que as famílias tenha condições de comprar a bicicleta, comprar carro e... Isso é a longo prazo, né? E nós ainda estava no curto prazo. Num estava nem no médio ainda, né? Que o médio você já está ali...(...) Você não ter um retorno antes de você concluir o...o investimento. Depois que você faz o investimento, que ao passar, né, dos, dos anos, você começa a ter o resultado daquele investimento. Então o grupo nosso aqui ele, ele foi esfacelado antes da gente acabar de investir o recurso. (Entrevistado 3)

As terras coletivas, gado e lavoura tiveram, então, de serem leiloadas entre as famílias que faziam parte do grupo coletivo. Deste modo, finda-se a coletividade na produção e passa-se a trabalhar de forma individual.

É. Hoje todo mundo, individualmente trabalha cada um no seu lote. A produção caiu, então. É, caiu porque até você, até né, reorganizar novamente... Inclusive uma, na época que uma das famílias que saíram do grupo, inclusive (...) eles alegavam que os filhos não iam trabalhar no grupo, que não iam mexer no trabalho na roça, que de fato... E, ou melhor, não trabalhavam justificando que os filhos não iam trabalhar no coletivo. Que que acontece... É, essa foi uma, uma mentira pra ele mesmo. Porque continua, inclusive um dos que saíram com essa justificativa, ele continua sozinho na roça. Que os filho nunca foi trabalhar lá com, junto com ele. (Entrevistado 3)

Com a estabilidade do assentamento e a proximidade da cidade, esta fala aponta para um fenômeno novo: as novas gerações que, como dito, estão crescendo dentro do assentamento, não têm interesse em perpetuar o modo de vida camponês. Neste ponto, percebe-se exatamente o contrário do que fora visto no assentamento Joaquim Nicolau, onde o desejo do modo de vida camponês é exatamente passar para os filhos uma criação distante da cidade. Sendo o Joaquim Nicolau mais distante de Governador Valadares, essa relação de proximidade do assentamento Oziel Alves acaba influenciando de modo direto na dinâmica territorial. Apesar do Entrevistado 3 perceber a alegação das famílias que justificaram a saída por causa dos filhos, parte da renda que sustenta o assentamento vem do trabalho fora do assentamento. Por fim, assim como nos outros dois assentamentos, a conquista da terra permanece como a meta alcançada; meta essa que permitiu que o

movimento social de luta pela terra se mobilizasse politicamente na região, e que alguns sonhos fossem alcançados:

E como valeu a pena. (risos) Apesar de que o meu sonho era trazer meu pai pra cá, né? Mas infelizmente ele não veio e, e acabou que Deus levou ele, né? Então, e mesmo se ele tivesse vivo ele também não vinha, né? Até porque, um índio véio, né? Você já viu, bicho, é, tinha todo um sangue indígena, então era arisco igual... (risada) E, mais assim, parte do meu sonho foi realizado, né? Que o, o meu sonho era conquistar uma terra. Ou comprar ou conquistar, que seja, mas que tirasse o meu pai daquela situação... (Entrevistado 3).

Finalmente, mediante a análise (ainda que incompleta) de alguns aspectos relacionados aos três assentamentos de reforma agrária em Governador Valadares, percebe-se que sua territorialização ocorreu interdependente de inúmeros processos pessoais e coletivos que evocam relações espaço-temporais estabelecidas muito antes de todos os entrevistados terem aderido aos movimentos sociais. As conquistas pessoais se juntam às conquistas coletivas nos movimentos e ganham força sob a coordenação dos grupos como o MST e a Comissão Pastoral da Terra - CPT. As semelhanças entre trajetórias de vida, os relatos sobre a dureza do trabalho nas fazendas, as campanhas em romarias, acampamentos debaixo de lona, sol e chuva, famílias inteiras à mercê da ajuda externa para manter a luta em pé e o sonho próximo; como descritos nas falas apresentadas, permitem compreender os processos de territorialização desses três assentamentos.

Quanto aos muitos agentes que influenciaram na territorialização dos assentamentos, o trabalhador, endurecido pelos percalços da lida no campo é, portanto, o principal. Não é o caso de descartar a terra propriamente dita pois ela é o objetivo das lutas, e suas características físicas que também contribuíram para a territorialização; a citar o problema da água no Barro Azul ou mesmo seu tamanho que limitaria o número de famílias. Os camponeses ganham destaque porque em suas memórias percebe-se o orgulho do modo de vida rural preservado através da conquista da terra. Não se trata apenas das casas levantadas, estradas abertas e poços perfurados; se trata da identidade camponesa. Entrevistado 2, em sua fala final, deixa bem claro como pretende deixar o assentamento um dia: “E... E daqui eu acho que só saio pro cemitério!”.

Considerações finais

Os três assentamentos, Joaquim Nicolau, Barro Azul e Oziel Alves foram formados no ano de 1996 e são resultado de décadas de resistências por parte dos movimentos sociais de luta pela terra. Quando estes movimentos adentram o vale do Rio Doce com seu o aparato organizacional, e recebem o apoio de entidades religiosas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e políticas como o MST; de sindicatos de trabalhadores rurais e de um grande número de camponeses que carregavam sonhos advindos de seus modos de vida e história; a territorialização dos assentamentos já estava em andamento. Aqui, toda carga histórica, seja ela do país como um todo, embasada em uma lógica colonial; e da região; se chocam com a efervescência dos movimentos sociais de luta pela terra do início dos anos de 1980, personalizado pelo campesinato. Trabalhadores rurais, pequenos agricultores, meeiros, posseiros e tantos outros sem-terra alimentavam um sonho coletivo, compartilhado entre eles e dando forma às suas lutas.

As ocupações, que são uma estratégia de luta do MST, quando ocorrem no vale do Rio Doce, perpassam por diferentes eventos para cada um dos três assentamentos. No Joaquim Nicolau ela não chega a ocorrer, facilitando o processo de formação do assentamento. No Barro Azul, ela ocorre por 30 dias e o processo de desapropriação e formação do assentamento foi facilitado e acelerado. Apenas no Oziel Alves a ocupação foi completamente diferente. Como demonstra Medeiros (2011), transformar a antiga Fazenda do Ministério em um assentamento de reforma agrária é um reverso histórico que ganha viés simbólico para o MST e outros movimentos sociais. Por mais de um ano, muitas famílias ficaram acampadas às margens da rodovia 116, resistindo e pressionado a desapropriação que acabou ocorrendo. Portanto, três processos completamente distintos que caracterizam a formação de novos territórios na região.

Posteriormente à ocupação ocorreu a criação dos assentamentos, que receberam seus respectivos nomes, simbolizando sempre a luta pela terra. O modo de vida camponês se mostra presente em todas os depoimentos dos líderes e assentados que deixam claro as dificuldades e a determinação durante todo este processo. Com a chegada dos projetos e programas do governo, os lotes foram traçados, as famílias foram contempladas, ruas foram abertas, a rede elétrica foi traçada, casas foram levantadas; caracterizando assim, mais uma etapa da territorialização destes assentamentos. A paisagem ganhou novos

formatos, saindo de cena o padrão latifundiário e entrando em quadro a terra dividida em lotes para os assentados. Lavouras, diferentes árvores frutíferas; o gado passa a ganhar a companhia de galinheiros, de mais cercas e mais pessoas.

Das famílias que foram assentadas é importante ressaltar que há inúmeros elementos de sua história que se entrelaçam antes de serem assentadas. Não foram todas que estiveram nas ocupações que foram assentadas. Muitas não participaram das ocupações ou tampouco, dos movimentos sociais, mas foram contempladas pela formação do assentamento. Outras famílias se formaram durante a criação do assentamento. Todas estas nuances acabam incidindo no território, em sua formatação, nas disposições das famílias dentro do assentamento, na criação de grupos coletivos e em suas dissoluções.

Por fim, a territorialização dos três assentamentos de reforma agrária de Governador Valadares foi aqui, compreendida como processos que possuem raízes na própria história do Brasil e da região, que perpassam inúmeros fatores ligados à política latifundiária e aos movimentos sociais. Todas estas questões sociais são conectadas às histórias dos indivíduos que viveram esta luta na pele, no dia a dia das marchas e ocupações nas ruas, nas capitais e nas fazendas posteriormente desapropriadas. Estes processos estão inseridos na territorialização dos assentamentos que foram estruturados aos poucos, mudando a paisagem geográfica, política, social e cultural para estas famílias e para o município de Governador Valadares.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALVES, Flamarion Dutra. Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade. **Revista NERA (UNESP)**, São Paulo. v. 22, p. 98-113, 2019. Disponível em:
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6367>. Acesso em 05 de jul. 2019.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria Edy. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: CNPq, 1997.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 303-326, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a12v2447.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

BUTH, Fernanda; CORRÊA, Walquíria Krüger. A reconstrução do território a partir de assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada-RS. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**. v. 1, n. 2, p. 52-172, ago. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11789/8294>. Acesso em: 16 jul. 2018.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do movimento sem-terra**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização dos assentamentos de reforma agrária de mercado nas regiões norte e nordeste do Brasil–1998-2006. In: IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4, 2009. Rio de Janeiro, 2009. **Anais [...]**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://docs.fct.unesp.br/cursos/geografia/CDROM_IXSG/Anais%20-%20PDF/Estevan%20Leopoldo%20de%20Freitas%20Coca.pdf. Acesso em 10 jun. 2018.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Práticas econômicas e meio ambiente na ocupação do sertão do rio Doce. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p. 67-75, 2000.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; WENDLING, Ivan Jannotti. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. **Varia História**, v. 24, n. 39, p. 177-197, jan/jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v24n39/a09v24n39.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ESPINDOLA, Haruf Salmen et al. Nada se perde, tudo se consome: mercantilização dos recursos florestais e ocupação de terras em Minas Gerais. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011. São Paulo. **Anais [...]**, ANPUH, São Paulo, 2011. p. 1-17. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300218568_ARQUIVO_NadasePerdeTudoseConsome.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**. São Paulo, 1999. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf. Acesso em: 01 jul. 2018.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INCRA. Plano de consolidação dos assentamentos - P.A.BARRO AZUL – Governador Valadares-MG. Montes Claros, MG, 2004.

LEITE, Sérgio; et al. **Impacto dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. 1.ed. São Paulo: UNESP, 2004.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA Presidente Prudente Ano**, v. 11, n. 12, p. 57-67, 2008. Disponível em http://docs.fct.unesp.br/grupos/nera/revistas/12/9_marques_12.pdf. Acesso em 10 de jun. de 2018.

MEDEIROS, Nagel. **Fazenda do Ministério:** um território, dois momentos, muitos significados. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) - Universidade Vale do Rio Doce. Governador Valadares, 2011

RAPCHAN, Eliane Sebeika. **De identidades e pessoas:** um estudo de caso sobre os sem-terra de Sumaré. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.
SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v71n2/05.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia” o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, v. 12, n. 1, p.11-73. Brasileiro, 1988. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389>. Acesso em: 20 jul. 2018.

ZIMMERMANN, Nicolle de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. p. 205-224. In: MEDEIROS, L. S.; et. al. (Org.). **Assentamentos rurais:** uma visão interdisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

Recebido em 11/11/2019. Aceito para publicação em 22/07/2020.
